

INVENTANDO A HISTORIOGRAFIA MINEIRA: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS EM SUA “PRIMEIRA FASE”, 1907-1927¹

Tatiana Mol Gonçalves/UFOP
tatiana.molg@yahoo.com.br

Fernando Nicolazzi/UFRGS
f.nicolazzi@hotmail.com

Resumo

Este artigo oferece algumas considerações sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em seu momento de fundação, entre os anos de 1907 e 1927. Considerado como a “primeira fase” da agremiação, este momento indica as tensões políticas e historiográficas que envolviam o fazer da história no Brasil da Primeira República. Ao procurar estabelecer os princípios definidores da escrita da história de Minas Gerais, os sócios da agremiação também intentaram realizar um esforço para se inventar a historiografia mineira.

Palavras-Chave

História da Historiografia; Historiografia mineira; IHGMG

Abstract

This article offers some thoughts on the Historical and Geographical Institute of Minas Gerais at the time of its founding, between the years 1907 and 1927. Considered as the “first phase” of the institution, this moment indicates historiographical and political tensions involving the making of history in Brazil's First Republic. In seeking to establish the principles defining the writing of history of Minas Gerais, the members of the IHGMG tried also to make an effort to invent the historiography in Minas Gerais.

Keywords

History of Historiography; Historiography from Minas Gerais; IHGMG

I.

Em 16 de junho de 1907, na sala de sessões da Câmara dos Deputados do Congresso Mineiro, em Belo Horizonte, um número considerável de letrados reuniu-se para concretizar um projeto que há alguns anos ocupava as conversas entre os membros do *Club Floriano Peixoto*, agremiação de caráter republicano fundada em 1898 na mesma

¹ Este artigo fez parte do projeto de iniciação científica “O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a escrita da história na Primeira República, 1907-1930”, realizado entre 2009 e 2010, financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto na forma de uma bolsa de iniciação científica PIP/UFOP.

cidade.² Tratava-se da fundação de uma instituição ou, como se disse à época, um “nucleo intellectual” voltado para “o estudo consciencioso do nosso passado historico”, isto é, o passado histórico mineiro. O empreendimento vinha dar continuidade a uma série de iniciativas voltadas para a investigação da realidade histórica de Minas Gerais, tais como, por exemplo, a fundação de uma sociedade geográfica em Ouro Preto³ e, fato de maior relevância, a criação, em 1895, do *Archivo Publico Mineiro* (APM), “instituição que vem tarde para reivindicar preciosos cimelios já extinctos ou desencaminhados, mas ainda a tempo para guardar e zelar os que nos restavam”, como salientou em discurso, naquela tarde de junho, Augusto de Lima.⁴

Oriunda de um projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Levindo Ferreira Lopes⁵, a lei n. 126, de 11 de julho de 1895 estabeleceu a criação do APM, em um contexto de reorganização do saber histórico na recém fundada república brasileira.⁶ Seu primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga⁷, notabilizou-se como importante

²Sobre o *Club*, que ficou ativo até 1920, ver algumas informações em COSTA, 2006, p. 149 e ss.

³ A *Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes* foi fundada em dezembro de 1889 na cidade de Ouro Preto, pelo então diretor da Escola de Minas, Henri Gorceix. Sua finalidade era promover o desenvolvimento da indústria, comércio e imigração de Minas Gerais, além de organizar museus permanentes com amostras de produtos mineiros. Henri Gorceix foi nomeado seu primeiro presidente e entre seus sócios figuravam grandes políticos e intelectuais mineiros. Uma das primeiras sociedades deste gênero foi fundada em Paris, no ano de 1821. No Brasil, criou-se a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro em 1883. Durante a sua existência, a Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes manteve estreito contato com ambas. No ano de 1893, encerrou suas atividades devido às dificuldades econômicas em que se encontrava. Ver sobre isso COSTA; SANTOS, 2005, p. 284.

⁴IHGGMG. *Livro de atas. 1ª phase, 1907-1927*. 16 de junho de 1907, fl. 1. Antônio Augusto de Lima (1859-1934) nasceu em Congonhas de Sabará (atual Nova Lima). Obteve o título de bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, tendo exercido o jornalismo durante o curso, mostrando-se propagandista das idéias da república e da abolição. Exerceu importantes papéis na política mineira, como promotor, juiz, chefe de polícia e deputado federal. Em 1891, tornou-se presidente da província de Minas Gerais e foi o responsável pela transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897. Deixando o governo do estado, voltou ao posto de juiz, servindo na capital. Foi professor de filosofia do direito, na Faculdade de Direito de Minas Gerais; diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1900 e 1910; sócio do IHGB; fundador do IHGGMG; membro da Academia Brasileira de Letras – sendo eleito seu presidente em 1928 – e sócio de diversas outras agremiações intelectuais do país. *Biografia dos membros da Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acessado em novembro de 2010.

⁵Levindo Ferreira Lopes (1843-1921) nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em direito em São Paulo, no ano de 1866. Serviu ao Império em diversas províncias como magistrado e durante algum tempo foi chefe de polícia do Ceará e de Minas Gerais. Deixou a magistratura em 1889 para exercer a advocacia em Ouro Preto. De 1891 a 1894 foi deputado e em 1895 foi eleito senador estadual, sendo reeleito diversas vezes (LLOYD *et alli*, 1913, p. 760).

⁶As considerações que se seguem sobre o APM foram baseadas, sobretudo, em ARAUJO; MEDEIROS, 2007.

⁷José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900) nasceu na cidade mineira de Campanha. Iniciou o bacharelado na Faculdade de Direito de São Paulo no fim da década de 1860, mas não completou os estudos por problemas de saúde. Exerceu vários cargos públicos, como de escrivão dos órfãos e deputado à Assembléia Legislativa Provincial. Publicou os jornais *A Província de Minas* e posteriormente *A Ordem*, nos quais defendia os ideais do Partido Conservador. Em 1895, aceitando o convite para dirigir e organizar o Arquivo

letrado no ambiente mineiro do final do século XIX. “Polígrafo como muitos de sua geração, Xavier da Veiga dedicou-se ao jornalismo, à poesia e à história, contribuindo para a redefinição do significado do [sic] histórico de Minas Gerais tanto com seus trabalhos no APM quanto pela confecção monumental das *Efemérides Mineiras*” (ARAUJO; MEDEIROS, 2007, p. 29).⁸ Sua posição não deixa de explicitar as tensões políticas entre o governo central e os estados que, remontando ao período do Império, encontraram novos contornos com o advento da República.

Para o caso do conhecimento histórico em particular, Valdei Lopes de Araújo e Bruno Franco Medeiros já sugeriram que o contexto da virada do século XIX para o seguinte foi marcado por uma revalorização das histórias locais diante do privilégio que fora concedido à história geral pela geração fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os interesses subjacentes à criação do *Arquivo* situavam-se plenamente nesta situação. “Como percebemos, o APM proporcionou ao projeto político de reconstituição histórica de Minas Gerais um local de produção de conhecimento a respeito desse passado, bem como um lugar simbólico que resguardava uma unidade territorial ainda carente de delimitações precisas” (ARAUJO; MEDEIROS, 2007, p. 31). Nesse sentido, ao contrário do que parece ter ocorrido no momento de criação do Arquivo Público do Império, em 1838, onde a tarefa de escrita da história brasileira foi incumbida à outra instituição fundada no mesmo ano, isto é, o IHGB, a criação do APM se deu, e de forma bastante explícita, como a elaboração de um *lugar* onde, mais do que o simples acúmulo e resguardo documental, a história de Minas Gerais pudesse de fato ser escrita.⁹

Público Mineiro abandonou a cadeira de senador para dedicar-se exclusivamente ao trabalho de caráter historiográfico. Xavier da Veiga foi, assim, fundador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, publicando já em 1896 o primeiro volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, organizado em quatro fascículos. Os volumes desta revista publicados entre 1896 e 1900 revelam o empenho de seu fundador no desenvolvimento de trabalhos orientados para a produção do conhecimento histórico regional mineiro (CARNEIRO; NEVES, 1998, p. 19-30).

⁸As *Efemérides Mineiras* foram publicadas pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais em dezembro de 1897, em Ouro Preto, e reeditadas em 1926. Reunidas em quatro volumes, evidenciam a assídua dedicação de Xavier da Veiga em sua elaboração por cerca de dezoito anos. Segundo Carneiro e Neves, “como as primeiras edições e publicações históricas do IHGB promovidas pelo governo do Império, as *Efemérides Mineiras* atendiam a uma iniciativa oficial, tendo sido financiadas pelo governo do Estado de Minas Gerais, que, nos termos da lei de criação do seu arquivo público, já se referia à iniciativa de se escrever as ‘efemérides sociais e políticas’ do Estado por alguém de reputado saber, mediante pagamento pecuniário” (CARNEIRO; NEVES, 1998, p. 30 e ss)

⁹Sobre a noção de *lugar*, remetemos ao texto clássico de Michel de Certeau (CERTEAU, 1975).

Ainda segundo Araújo e Medeiros, existia por trás da criação do arquivo uma idéia definidora da unidade política mineira: à organização dos documentos pertinentes à sua história equivalia uma tentativa de conceber, mesmo que por analogia e de forma provisória, o estado como espaço unificado politicamente. “Tendo em vista a impossibilidade real imediata de unificação do Estado de Minas a partir do seu território proteiforme, o *Arquivo* cumpria o papel de unificação a partir de documentos e textos que pudessem conferir uma imagem ao novo sujeito histórico – Minas Gerais – que surgia com a República” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2007, p. 32). Minas emergia, portanto, não apenas como objeto específico para a história, mas, segundo os intentos dos fundadores do APM, como sujeito histórico autônomo, deixando de ser simplesmente peça de uma estrutura ainda maior que era o Estado nacional.

Nesse sentido, a criação do *Arquivo Público Mineiro* como *locus* privilegiado onde se pudessem assentar os fragmentos e vestígios do passado de Minas Gerais, ali inseridos na forma de documentos históricos, era condição primordial para que a história do estado fosse pensada segundo sua dinâmica própria, relacionada, evidentemente, à criação do Estado brasileiro, mas de modo a ressaltar a singularidade mineira dentro deste processo mais vasto de formação nacional. O que se colocava em primeiro plano, no fundo, era o estatuto da região dentro do concerto maior da nação.¹⁰ Como sustentam ainda Álvaro Antunes e Marco Antônio Silveira, “a criação do Arquivo Público Mineiro e de sua importante revista esteve intimamente associada à revitalização de uma história particular que, focando o local e o regional, almejava resgatar o peso e o papel de Minas na nascente Federação brasileira” (ANTUNES; SILVEIRA, 2007, p. 2).

A dimensão local assumia, dessa maneira, características de suma importância. Tal a razão para o fato de, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, que começou a ser editada em 1896, as corografias ocuparem lugar privilegiado entre os gêneros ali publicados. “Mapeando o local – ou seja, o município –, esse processo originava redes imaginárias (e não somente imaginárias) que acabavam identificando a própria configuração cartográfica do regional – Minas Gerais – em vista de uma formação histórico-geográfica maior – o Brasil” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2007, p. 35). A partir da

¹⁰Embora as noções de região ou de historiografia regional demandem precisões conceituais, não as desenvolveremos no âmbito deste artigo. O leitor não terá dificuldades em entender o sentido dessas expressões no decorrer do texto.

criação do APM, portanto, a ideia da escrita de uma história de Minas Gerais como projeto político coletivo se desenhava como horizonte concreto de possibilidade aos letrados mineiros.

II.

Cerca de meia década antes da sua efetiva fundação, o periódico *Diário de Minas* já havia manifestado o interesse que havia na capital do estado para a criação de um instituto histórico que se ocupasse de tal patriótica tarefa (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 1). Nesse sentido, o clube republicano Floriano Peixoto, seguindo proposta do sócio Julio Cesar Pinto Coelho,¹¹ nomeou uma comissão composta por onze pessoas para dar cabo ao intento que já se desenhava desde o começo do século (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 1). Dessa primeira reunião, elaborou-se uma lista de nomes dos possíveis encarregados para a fundação do almejado núcleo intelectual, fato que se deu em 16 de junho de 1907, quando passou a existir oficialmente o Instituto Histórico e Geográfico de Minas.

A iniciativa se realizou com certo ar de atraso, como se pode perceber nas palavras de Augusto de Lima, encarregado de, em nome do já referido clube, pronunciar algumas palavras no ato da fundação:

“Senhores – disse o orador – já era tempo de Minas fundar seu areopago historico, quando quase todos os outros Estados da União já o fizeram”. Tanto mais importante era a tarefa tendo em vista o papel histórico que o estado mineiro, segundo o letrado, havia desempenhado na história do Brasil. “Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo a precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução politico-social. As lutas dos emboabas, os motins dos sertões, a erupção formidavel de Felipe dos Santos, a tragedia sanguinolenta dos Conjurados, formam outros tantos marcos crescentes do caracter cívico mineiro através da historia politica. Minas, precursora política, foi tambem a precursora das reformas sociaes, aquecidas pelo sol do christianismo” (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 1).

¹¹ Coronel Julio Cesar Pinto Coelho, segundo a memória oficial do IHGMG, foi presidente do *Club Floriano Peixoto* e um dos idealizadores e membro fundador do IHGM. Sua atuação como fundador do *Club*, entretanto, é colocada sob suspeita por Antonio Carlos Figueiredo da Costa, uma vez que seu nome não consta na documentação relativa ao fato (COSTA, 2006, p 149).

Antes de se referirem à formação histórica do Brasil, os fatos elencados pelo orador, notadamente importantes para a definição dos contornos identitários da nação, diziam respeito, sobretudo, à história de Minas Gerais, como “marcos crescentes do carácter cívico mineiro”. Dessa maneira, pode-se supor, o entendimento dos fundadores do instituto colocava a *pátria mineira* em um lugar anterior e, por isso, mais fundamental que a *nação brasileira*.¹² Não obstante, havia um elo essencial que articulava as duas dimensões, qual seja, o “sol do christianismo”. O carácter precursor imputado ao estado, portanto, permitia situá-lo em uma posição privilegiada dentro da história geral do Brasil, justificando e legitimando a criação do patriótico instituto.

A história de Minas antecipa a história nacional ainda em outros pontos importantes. Se o ano de 1831 teve sua importância para o fim do tráfico de escravos no Brasil, momento “em que se trancou o trafico da carne humana, o crivo de portos do nosso longe [*sic*] littoral”, no contexto mineiro o fato havia se dado seis anos antes, quando foi elaborado “o esboço de um código humanitário, que proscrescia, alem de importação de africanos, o captiveiro de filhos de mulheres escravas, dos sexagenários e dos serviçaes de certa ordem de senhores”, graças ao trabalho filantrópico de Guido Thomaz de Marlière.¹³ No plano da cultura, o orador não poderia deixar de mencionar as precursoras contribuições de Aleijadinho, cujos imortais trabalhos “ainda levantam a nossa alma do acto da fachada dos templos, em cujas naves parece ainda pairar o genio da esculptura colonial”, nem o esforço literário (e libertário) da Arcádia Ultramarina, onde “aninhavam-se os rouxinões da poesia, tão cruelmente sacrificados, quando se converteram nas aguias da liberdade”, tampouco a contribuição jurídica de um “cerebro mineiro” (Bernardo Pereira de Vasconcelos) na elaboração do Código Criminal do Império, “monumento em que inscreveram sua admiração nações civilisadas da Europa [a escriptores] de reputação universal” (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 1v-2).

O discurso de Augusto de Lima é significativo na medida em que permite entrever, no ato de sua fundação, a maneira pela qual a agremiação pretendia situar a história mineira, encarada em sua particularidade, diante do processo histórico nacional mais

¹²Para o conceito de pátria, ver JANCSÓN; PIMENTA, 2000.

¹³Guido Thomaz de Marlière *L'Age* (1767-1836). Nascido na França, veio ao Brasil em 1807 como alferes da Legião de Cavalaria Ligeira de São Pedro do Sul (Rio Grande do Sul). Sua estadia em Minas se inicia a partir do ano seguinte, onde atuou como pacificador dos índios e de onde escreveu um projeto de lei para libertação dos escravos. Ver informações sobre o personagem no sítio da Fundação Cultural Francisco de Paula Leopoldino de Araújo, vulgo Chico Boticário (www.chicoboticario.org.br, acessado em janeiro de 2011).

amplo. O orador oficial do Instituto, Diogo de Vasconcelos¹⁴, era parte do coro. Nas suas palavras, proferidas no dia anterior, quando da sessão solene de instalação do Instituto, afirma que,

“consagrado á historia de Minas este Instituto [...] vem completar entre nós o aparelho de que já se ufana a actividade intelectual do presente. O povo mineiro, que por sua historia *peculiar* caracteriza-se desde seu advento, ha dois seculos, *diferenciando-se* no seu destino, e formando já a maior casa de toda America, sentia a falta de se lhe erigir a officina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos ethnicos tradicionaes” (*Jornal Minas Geraes*, 16 de agosto de 1907, fl.6, itálicos nossos).

Não é forçoso, portanto, considerar que as mesmas tensões e intenções colocadas quando da fundação do APM reapareciam para os letrados que faziam parte da nova instituição, que se constituía, dessa maneira, como herdeira direta da primeira.¹⁵

Contudo, a partir da leitura das primeiras atas do Instituto, fica a impressão de tentar funcionar antes como espaço de debates entre os letrados ali envolvidos, enquanto um núcleo que, em princípio, os reunisse em sessões (a despeito mesmo da pouca frequência dos sócios), e de contato e permuta com instituições científicas e literárias do país, ao passo que o APM funcionava predominantemente para resguardo dos documentos relativos à história mineira, publicando-os e estudando-os através dos artigos que compunham sua revista. Na ata de fundação do IHGMG são considerados seus sócios todos aqueles que já eram membros integrantes do APM. O presidente do *Arquivo* naquele momento (1907) era Augusto de Lima, que discursou no momento da

¹⁴Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (1843-1927) nasceu em Mariana. Monarquista e católico fervoroso, participou ativamente da história de Minas como político em cargos como de secretário de presidente da província, deputado à Assembléia Geral e à Assembléia Provincial. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e sócio de outras agremiações intelectuais no país. Seu trabalho como historiador no final do século XIX e início do XX desponta entre os mais importantes para a construção da história de Minas. A intenção deste autor era escrever uma história de Minas em sua totalidade, no entanto, interrompido por seu falecimento, escrevera apenas os dois primeiros volumes dos três almejados: *História antiga das Minas Gerais* (1901) e *História média das Minas Gerais* (1918). O livro que seria o terceiro volume da série levaria o título de *História Contemporânea de Minas Gerais* e teria como principal assunto os fatos referentes à Inconfidência Mineira (ALBERTO, 2004, p. 103-106).

¹⁵Desde seu início, o Instituto Histórico mineiro manteve intrínsecas relações com o APM, o que pode ser denotado através de indícios como: os sócios correspondentes do *Arquivo* serem todos declarados fundadores do Instituto; várias das suas sessões terem se realizado ao longo dos anos dentro do próprio APM; além de serem publicadas nas páginas da revista do referido arquivo, algumas atas das reuniões do IHGMG e ainda conferências e outros trabalhos realizados dentro do Instituto.

fundação do Instituto. Ou seja, eram basicamente os mesmos indivíduos que, atuando em uma, fundaram a outra instituição. Fica como indagação o porquê da existência de duas instituições movimentadas pelos mesmos homens e preocupadas, efetivamente, com a mesma questão, isto é, a história de Minas Gerais. Mesmo sendo requisitado aos seus sócios, como se viu, que elaborassem estudos sobre a história de Minas, tais trabalhos, em sua maioria, não eram publicados enquanto obras próprias do IHGMG, pois muitos deles saíam ao público na revista do APM ou de forma autônoma. Quais eram, portanto, os papéis específicos e as intenções de cada instituição ou, mais precisamente, que tipo de trabalho foi desenvolvido pelo IHGMG ao longo de sua primeira fase?

III.

Não obstante as dúvidas, a história mineira que se desenhava no âmbito da criação do IHGMG pode, então, ser situada diante de iniciativas congêneres. Em primeiro lugar, há que se destacar que a emergência desta agremiação se relaciona com o contexto pelo qual passava a instituição nacional que fora sua precursora e inspiradora, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e com as possibilidades para a escrita da história no referido período. Nascido em meados do século XIX, o IHGB foi, no decorrer do oitocentos, um espaço de produção historiográfica sistematizada que, visando contribuir para o processo de centralização do Estado Nacional, almejava construir “projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma ‘totalidade’ Brasil” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Pensando nisso, o IHGB propôs em seus primeiros estatutos o incentivo à criação de institutos históricos nas províncias, constituindo-se como a associação central para a qual se direcionariam as informações das diversas regiões do país, para que então pudessem ser unificadas e, por conseguinte, uma história unitária ser escrita.¹⁶ As

¹⁶No dia 25 de novembro de 1838, foram apresentados, lidos e aprovados os primeiros estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em seu capítulo I, no qual são apontados o *Fim e Objecto do Instituto*, evidencia-se que a agremiação terá “por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil: assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcionar esta despeza”. Acrescenta-se ainda que a instituição “procurará sustentar correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificará nas províncias do Imperio para mais facil desempenho dos fins que se propoe” (IHGB, 1908, p. 18, itálicos nossos).

regiões, portanto, conforme indica Manoel Luiz Salgado Guimarães para os primeiros momentos do Instituto, não seriam consideradas em suas especificidades, mas em sua organicidade junto ao todo nacional. Contudo, tal intento mostrou-se problemático na prática, como se percebe com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, em 1860. A primeira de suas congêneres regionais atuou de forma um tanto autônoma em relação à agremiação nacional, estando sempre presente no instituto sulino, segundo Luciana Boeira, certa tensão entre a região e a nação. Conforme aponta a autora, havia grande interesse por parte dos letrados do IHGPSP em inserir a história local da província na narrativa geral que se pretendia construir, o que, aparentemente, se ligaria ao projeto do IHGB e ao próprio projeto do Estado Nacional para que fossem evitados os regionalismos. No entanto, embora tenham colocado o rio-grandense como integrante da nação, os discursos mostrariam forte afirmação de pertencimento e identidade regional (BOEIRA, 2008).

Com o advento da República, mais precisamente com a reformulação dos seus estatutos realizada em 1906, o IHGB resolve abrir mão do compromisso com a criação de novas afiliações regionais, restringindo-se à troca de correspondência com as instituições criadas ou por se criar. A consequência disso é apontada por Hugo Hruby, salientando que “a partir daí ficava cada vez mais difícil sistematizar as várias histórias em um grande livro de História do Brasil” (HRUBY, 2008, p. 9).¹⁷ Esta dificuldade, porém, como já indicado, devia-se também ao papel que as histórias regionais passavam a assumir em tal período. Além disso, tensões de caráter regional pareciam minar a existência do IGHB como centro hegemônico da escrita da história pátria. A criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ilustra bem o aspecto dissidente que a historiografia regional assumia neste contexto. Nas palavras de Antonio Celso Ferreira, “os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar a história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta”. Reescrita que deveria ocorrer, cabe acrescentar, a partir da ótica local, como se evidencia a partir do enunciado bastante explícito colocado no primeiro número da revista do instituto paulista, publicado um ano após sua fundação, em 1895: “a história de São Paulo é a própria história do Brasil” (FERREIRA, 2002, p. 110).

¹⁷Sobre o contexto historiográfico do IHGB na transição da monarquia à República, ver ainda: GUIMARÃES, 2006; HRUBY, 2007; GOMES, 2009.

A criação do IHGMG conforma-se, portanto, com a situação colocada por diversas instituições históricas que foram estabelecidas a partir da matriz instituída pelo IHGB, diante do qual as agremiações regionais se colocaram de forma bastante particular (cf. SCHWARCZ, 1993, p. 99-140; CALLARI, 2001, p. 59-83). Sua criação foi saudada à época justamente pela possibilidade que se apresentava de se escrever uma história unificada da nação. Como ressaltou o *Jornal Minas Geraes*,

“cumpre pois que todos os institutos do Brasil se unam ao mais antigo delles, tendo um unico phanal, a publicação de manuscriptos e monographias [...] É preciso preencher os hiatos, duvidas e incertezas que ainda se notam em nossa historia. E então o Brasil terá seu verdadeiro historiador, tal como exige a sciencia dos modernos tempos” (*Jornal Minas Geraes*, 24 de agosto de 1907).

No caso mineiro, a afirmação de uma identidade local, em contrapartida (mas não em oposição) a um princípio identitário nacional, tinha por intenção apregoar uma unidade de caráter regional que, por sua vez, não parecia levar em conta as diferenças, muitas delas conflitantes, que constituíam o chamado “mosaico mineiro”, com as múltiplas e variadas formas de definição das elites locais (VISCARDI, 1995, p. 39-56). Se a história que se pretendia ali escrever objetivava um reforço da região diante do Estado, isso não seria feito sem prejuízo à singularidade das várias sub-regiões que constituíam a situação político-social de Minas Gerais. A valorização da unidade regional tinha seus limites precisos.

IV.

Nos estatutos publicados em 1914 (embora escritos anos antes), ao IHGMG competia a tarefa de “investigar, colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e geographia de Minas Geraes, e á archeologia, ethnographia e lingua dos seus indigenas” (*Jornal Minas Geraes*, 05 de fevereiro de 1914, fl.9. Assim como para o IHGB que lhe serviu de parâmetro, não era firmada estatutariamente a função de escrita da história para a agremiação, cabendo apenas, em tese, a coleta e o resguardo documental. Apesar disso, desde as primeiras sessões do Instituto, seu presidente, que também era presidente do Estado de Minas, João Pinheiro¹⁸, incita os

¹⁸João Pinheiro da Silva (1860-1908) nasceu na cidade mineira do Serro. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Foi um dos principais propagandistas em Minas da mudança do regime político do país e, com a Proclamação da República em 1889, passou a ser liderança do novo regime em

sócios a já se dedicarem aos estudos e investigações, lembrando aos letrados que eles poderiam contar com um “repositório copioso e opulento de documentos históricos de subido e inestimável valor”: o *Archivo Publico Mineiro* (IHGMG, 15 de agosto de 1907, fl. 6).

Ao longo dos anos, contudo, o IHGMG se esforçaria para montar seu próprio arquivo, seu museu e, principalmente, sua biblioteca, para que pudessem auxiliar nos trabalhos dos letrados. Nesse sentido, em 1914 seu secretário Luiz Pessanha menciona em sessão “o movimento auspicioso e cada vez mais crescente de correspondência do Instituto com quase todas as associações congêneres e litterarias do paiz e mesmo do estrangeiro”, e acrescenta ainda que já há “um numero assas consideravel de publicações, mappas, documentos ineditos etc, doados á bibliotheca do Instituto, bem como interessantes objectos, medalhas commemorativas etc., cuja lista será dentro em breve publicada pelo órgão official do Estado” (IHGMG, 1 de fevereiro de 1914, fl. 30).

Diferentemente do IHGB e da maioria de seus congêneres regionais, a agremiação mineira não produziu em seus primeiros anos uma revista própria, através da qual pudessem ser publicados os estudos realizados por seus sócios, embora possam ser constatados em suas atas, ao longo dos anos, os esforços mantidos para esse fim, como verificamos nas palavras de seu secretário, Luiz Pessanha, ao mencionar em 1912 que

“na presente sessão, foram tomadas diferentes medidas attinentes ao Instituto, à vista do desenvolvimento que este vae apresentando cada vez mais, de modo a ser publicada regularmente, dentro em breve, a respectiva ‘Revista’ visto como já conta o Instituto em seu archivo e museu, bem como em sua bibliotheca, documentos e objectos dignos de publicidade” (IHGMG, 27 de novembro de 1912, fl. 22).

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* teve seu primeiro exemplar publicado somente no ano de 1945, já na chamada “quarta fase” de

Minas. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Mineiro. Exerceu importantes papéis na política desde então, como secretário e primeiro vice-governador de Minas, governador provisório do Estado, deputado ao Congresso Constituinte. Em 1906 foi eleito governador de Minas Gerais, sendo sua gestão marcada pela mobilização da elite política mineira em prol de um projeto de modernização econômica, em que o Estado teria papel central (projeto este que não seria plenamente executado após sua morte em 1908) (COSTA, 2006). João Pinheiro foi o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, tendo presidido todas as sessões ocorridas no ano de 1907.

funcionamento da instituição.¹⁹ Uma das possíveis causas para a não implementação do periódico desde seus primeiros anos pode ter sido a falta de recursos financeiros para sua publicação, hipótese reforçada pelo fato da agremiação sequer possuir sede própria durante suas primeiras décadas de existência. Alguns dos estudos acerca da história de Minas elaborados pelos sócios do Instituto, muitos dos quais lidos em sessões da agremiação, foram publicados no decorrer dos anos na *Revista do APM* e também no *Jornal Minas Geraes*.

V.

Na sessão de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que contou com a presença de figuras imponentes do meio intelectual do Brasil, como Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Barão de Studart, dentre outros, o então secretário perpétuo do IHGB, Max Fleiüss, em seu discurso proferido em nome do instituto nacional, sugere importantes considerações acerca das possibilidades de escrita da história naquele momento. Nas palavras de Fleiüss,

“a época presente impõe-se aos estudos históricos da divisão por estados e por épocas. Assim, cuidando cada um dos nossos institutos da história de suas relações, terá contribuído para a *obra commum* e tanto mais valioso será esse trabalho se oferecer á sinceridade e seriedade das pesquisas de documentos e si os commentarios tiverem o cunho da mais pura razão” (*Jornal Minas Geraes*, 16 de agosto de 1907, fl. 7, itálicos nossos).

A partir de tal excerto, podemos inferir que a intenção de se compor uma história geral da nação, pelo menos em tese, ainda se mantinha dentro do IHGB, mesmo que tal tarefa fosse sempre protelada (HRUBY, 2007, p. 100 e ss). Fleiüss, no entanto, enfatiza que o período em que viviam impunha estudos históricos fragmentados por estados. Possivelmente, o que se almejava no Instituto Brasileiro era ainda que as histórias escritas por seus congêneres regionais fossem unificadas em uma “obra comum”. Tal

¹⁹Em uma nota introdutória ao primeiro volume da *Revista do IHGMG*, a diretoria da agremiação afirma que esta teria passado até aquele momento por quatro fases distintas: a primeira iniciaria em seu ano de fundação (1907); já a segunda viria com a reorganização da instituição, proposta pelo então presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), em 1927; a terceira trata-se do período subsequente ao ano de 1939; e por fim, a quarta fase teria se iniciado em 1943 (*Revista do IHGMG*. “Palavras Preliminares”, vol. I, 1945, p. 7). Em relação ao início da segunda fase do IHGMG, há menção a esta reorganização também nas atas do ano de 1927, no entanto, não foi possível averiguar o ano em que esta fase se encerrou.

discurso nos sugere ainda que a despeito de o IHGB oficializar em estatuto de 1906 o não comprometimento com a criação de congêneres regionais, o que possivelmente daria autonomia ainda maior a essas agremiações, ele ainda mantinha relações com elas, atribuindo relevância às contribuições que poderiam dar à escrita da história do Brasil.

O secretário perpétuo do IHGB, neste mesmo discurso, partilhando do comentário de Oliveira Lima – que afirmava que o Brasil tinha até o momento grandes pesquisadores, como Varnhagen, mas não ainda um grande historiador – insere em um conjunto de trabalhos que, para ele, serviriam de subsídio ao “definitivo historiador que não tardará”, os dos mineiros Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos e Augusto de Lima (os dois últimos, sócios fundadores do IHGMG), colocando-as juntamente com obras de letrados como Capistrano de Abreu, Manoel Barata, Oliveira Lima, entre outros. Como já foi visto, Xavier da Veiga desempenhou importante papel no contexto de fundação do APM, a ponto de, no momento de criação do IHGMG, isto é, sete anos após sua morte, sua figura ainda se fazer presente. Segundo o relato publicado no *Jornal Minas Geraes*, naquela tarde de junho de 1907,

“do espirito de todos os assistentes não poderia estar arredada a memoria querida de Xavier da Veiga. Da vida de além tumulo, viu elle, afinal, realizado o sonho dourado de suas constantes aspirações. E si fosse possível a alma chorar, o collecionador das *Ephemerides Mineiras*, a columna mais forte da Revista do *Archivo Mineiro* (ora sob a direcção de Augusto de Lima), verteria lagrimas de real contentamento”.

O artigo continua sugerindo que, “si, como dizem, os mortos governam os vivos, o Instituto de Minas, na lembrança do saudoso extinto, tem seguro phanal para progredir e triumphar” (*Jornal Minas Geraes*, 24 de agosto de 1907).

Com efeito, se uma das incumbências feitas aos sócios pelo presidente do Instituto, logo no seu primeiro ano de atuação, era a elaboração de trabalhos biográficos sobre “varões illustres”, por sugestão do sócio Mendes Pimentel ficou decidido que uma das primeiras biografias a ser apresentadas pelo Instituto seria a do próprio Xavier da Veiga, trabalho indicado para a lavra de Antonio Augusto de Lima, então presidente do *Archivo* (IHGMG, 14 de setembro de 1907, fl. 7v).²⁰ Ou seja, dentro dos planos para se

²⁰Não podemos saber ainda se este texto foi ou não escrito. Pela leitura das atas da 1ª fase da instituição, não há menção a nenhum trabalho sobre Xavier da Veiga feito por A. Lima ou por outro sócio. Na Revista do APM, desde seu primeiro fascículo (1896) até o ano da morte de A. Lima (1934), foram publicadas

realizar “estudo consciencioso do nosso passado historico”, os letrados mineiros membros do IHGMG preocupavam-se também com a própria memória da história da qual se colocavam como descendentes diretos.

Certamente, esta preocupação em se perscrutar a vida e obra de importantes historiadores do passado coadunava-se com a idéia de história assumida pela instituição, tal como se manifestava nas palavras de Pedro Lessa,²¹ convidado ilustre para participar da primeira reunião realizada pelo Instituto. Segundo o autor,

“quasi uma banalidade é enaltecer a fundação do Instituto, tão promissoramente iniciada: nem ha quem duvide que o olhar que se embebe no passado vê mais claramente o presente e chega a vislumbrar o futuro. Os gregos e os romanos disseram da Historia ser ella a ‘mestra da vida’; e os Polybios, os Plutarchos e os Ciceros a entendiam como um gênero litterario, em que as biographias e as narrativas, tratadas na amplificação imaginosa que os antigos historiadores se permittiam, visavam a educação politica e moral, inspirada nos fortes exemplos de virtudes, de heroísmo e de patriotismo” (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 3).

Na sequência, Lessa matiza esta perspectiva sem, entretanto, abandoná-la:

“essa conceituação ingenua da Historia foi severamente desmentida pelo critério da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos, contraposto à criação romantica dos seus primeiros cultores. Mas, a Historia, mestra da vida, não se limita a reunir os factos humanos, de cujo exame comparativo se induzem as leis sociológicas; proporciona ensinamentos práticos,

apenas duas biografias de X. Veiga: uma sem indicação de autoria, com a seguinte referência: “José Pedro Xavier da Veiga: esboço biográfico”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 3-25, 1901. Já a segunda tem a seguinte referência: GAMA, José Joaquim do Carmo. “Commendador José Pedro Xavier da Veiga. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p. 37-106, jan. jun. 1911. Neste texto, por sua vez, consta a seguinte referência: “Augusto de Lima, o amigo delicadíssimo do querido extinto, além de ter traçado, com sua penna adamantina e magistral, valioso esboço histórico e biographico de Veiga, no Fascículo I, anno VI da *Revista do Archico Publico Mineiro*, de que já era director, em 1901, com mão carinhosa enfeixou em um volume de 121 paginas artigos, discursos, poesias e referencias aos grandes méritos de Xavier da Veiga [...]”, p. 104.

²¹*Pedro Augusto Carneiro Lessa* (1859-1921). Jurista, natural da cidade do Serro/MG, foi ministro do Superior Tribunal Federal, lente catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, onde também exerceu a função de chefe de polícia. Junto com Olavo Bilac e Miguel Calmon, fundou em 1916 a Liga de Defesa Nacional, então presidida por Rui Barbosa. Para ingressar no IHGB, Pedro Lessa ofereceu à instituição o texto “Reflexões sobre o conceito da História” (LESSA, Pedro Augusto Carneiro. “Reflexões sobre o conceito da História”. In: *Revista do IHGB*, t. 69, vol. 114, 1906, pp. 193-285). Segundo Angela de Castro Gomes, “na verdade, o ensaio fora produzido com outro título e para outra situação. Na capa do volume que o publica isoladamente, aparece com outro título – ‘É a História uma ciência?’ –, havendo o seguinte esclarecimento: ‘O estudo reproduzido nesse opúsculo foi escrito e publicado como introdução à *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckle, traduzida para o vernáculo pelo Sr. Adolfo J. A. Melchert’” (GOMES, 2009, p 31 e ss).

lições de imediata utilidade, exemplos vivamente sugestivos, que os estadistas não podem deixar de aproveitar” (IHGMG, 16 de junho de 1907, fl. 3).

A atenção voltada para historiadores ilustres do passado era, portanto, uma forma de aprendizado para aqueles letrados que, então reunidos em uma agremiação historiográfica, se propunham a pensar de forma criteriosa e erudita a história de Minas Gerais. Pode-se dizer com isso que os esboços de uma história da historiografia, sobretudo mineira, se mostrava como objeto importante no campo de atuação dos acadêmicos do IHGMG, pelo menos nos primeiros anos de sua existência. A própria agremiação deveria ser situada nesta história. Não é sem propósito, nesse sentido, que na reunião de 18 de dezembro de 1910, o “Sr. Major João Libano Soares, obtendo a palavra, requereu lhe fosse franqueado o Archivo do Instituto, afim de fazer algumas investigações no sentido de averiguar a verdadeira origem da installação do Instituto Historico e Geographico de Minas”, solicitação que foi prontamente aprovada (IHGMG, 18 de dezembro de 1910, fl. 1). Outro fato importante para isso foi a leitura, por parte de Nelson de Senna, na sessão de 12 de fevereiro de 1911, de “um interessante trabalho de sua lavra anteriormente por elle apresentado sobre a fundação do Instituto Historico e Geographico de Minas”, texto que seria apresentado na projetada revista da instituição, tão logo ela passasse a existir (IHGMG, 12 de fevereiro de 1911, fl. 12).²²

Ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fundado com a pretensão de se constituir como um lugar privilegiado para se pensar (e escrever) sobre a história mineira, contribuindo para tanto seus esforços no sentido de criar um arquivo documental, uma biblioteca, além de um museu onde fossem guardados objetos pertinentes à história do estado, aparecia também, pelo menos em partes, como um lugar onde a própria historiografia mineira fosse resguardada e historicizada. Se a instituição funcionou sempre como instância para comemorações locais, como, por exemplo, o centenário da imprensa mineira, o bicentenário de Vila Rica e também o da primeira cidade mineira (hoje Mariana), além da perpetuação da memória de nomes ilustres, como Visconde de Ouro Preto e do aviador e inventor Santos Dummont, a própria história de Minas era também algo a ser “comemorado” e, portanto, reinventada, no momento mesmo em que se inventava o *lugar* onde ela seria produzida.

²²Infelizmente, não nos foi possível localizar nas dependências do IHGMG o texto deste trabalho.

Referências bibliográficas

ABL. *Biografia dos membros da Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acessado em novembro de 2010.

ALBERTO, Helena M. “Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a nação. In: GONÇALVES, Andréa L.; OLIVEIRA, Ronald P. (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

ANTUNES, Álvaro de A.; SILVEIRA, Marco Antônio. “Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano II, nº 1, março de 2007.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. “A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

BOEIRA, Luciana F. “Construindo a nação: O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”. In: *VI Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre, ANPUH/RS, 2008.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção da figura de Tiradentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

CARNEIRO, Edilaine M. A.; NEVES; Marta E. M. “Introdução”. In: VEIGA, J. P. Xavier da. *Efemérides Mineiras, 1664-1897*. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

CERTEAU, Michel de. “L’opération historiographique”. In: *L’écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

COSTA, Adilson R. da; SANTOS, Paulo C. Mesquita. “A Escola de Minas de Ouro Preto, a ‘Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes’ e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. In: *Revista da Escola de Minas, Ouro Preto*. jul. set. 2005.

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo. *A república na praça: manifestações do jacobismo popular em Minas Gerais(1893-1899)*. Dissertação de mestrado em história. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COSTA, Guilherme Meirelles da. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. "O altar do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: perfil, autores e textos". In: *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 110.

GOMES, Angela de Castro e. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos Históricos*, nº1, 1988.

HRUBY, Hugo. "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos". In: *IX Encontro Estadual de História*. Anpuh/RS, 2008.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

IHGB. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo I, 1º trimestre de 1839. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

IHGGMG. *Livro de atas. 1ª phase, 1907-1927*.

JANCSÓN, István & PIMENTA, João Paulo. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 2ª ed., vol. 1. Editora SENAC: São Paulo, 2000.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. "Reflexões sobre o conceito da História". In: *Revista do IHGB*, t. 69, vol. 114, 1906.

LLOYD, Reginald; FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, Joaquim; WRIGHT, Arnauld. *Impressões do Brazil no século XX: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Ed. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os Institutos Históricos e Geográficos: 'Guardiões da História Oficial'". In: *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República". In: *Estudos Históricos*, vol. 8, n. 15, 1995.